



Metropolitano de Lisboa

Relatório Trimestral

3º TRIMESTRE 2019

Valores acumulados



Metropolitano de Lisboa

Índice

1. Atividade Operacional.....	2
1.1. Procura	2
1.2. Oferta	2
1.3. Receitas	3
2. Gestão Económica e Financeira	3
2.1. Análise de Balanço	3
2.2. Síntese de Resultados	5
2.2.2. Rendimentos Operacionais	6
2.2.3. Gastos Operacionais.....	6
2.3. Fluxos de Caixa	7
2.4. Modelo de Financiamento	8
2.5. Stock da Dívida	8
3. Cumprimento das Orientações Legais	9
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	9
3.2. Frota Automóvel	10
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	10
3.4. Evolução do Efetivo	10
3.5. Limites de Endividamento Bancário	11
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	11
4. Plano de Investimento	12
5. Análise dos principais desvios	13
6. Demonstrações Financeiras.....	14
6.1. Balanço.....	14
6.2. Demonstração de Resultados	15

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	120 595 958	112 030 953	116 915 738	8 565 005	7,6%	3 680 220	3,1%
Passageiros x km	638 519 023	602 993 549	624 249 765	35 525 474	5,9%	14 269 258	2,3%
Receitas totais (s/ IVA)	84 505 154 €	81 867 892 €	85 137 785 €	2 637 262	3,2%	-632 631	-0,7%
Receita média por passageiro	0,70 €	0,73 €	0,73 €	-0,03 €	-4,1%	-0,03	-3,8%

Fonte: DCL/DMS 020/1482032 (DAQ) | DMS 042/1405039 (DAQ) | PAO2019-2021 (DFI)

Registo de incremento de 7,6% na procura, com uma variação positiva de 8,6 milhões de passageiros com título pago face ao período homólogo, e um desvio positivo de 3,7 milhões de passageiros (+3,1%) face ao previsto.

Com o decréscimo do custo dos passes, pela implementação do Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), assistiu-se a um aumento considerável da procura, verificando-se em simultâneo uma transferência de passageiros com títulos ocasionais (-9,7%) para passageiros com passe (+15,2%), o que se veio a refletir num decréscimo de 0,03 € de receita média por passageiro, quer face ao período homólogo quer ao previsto.

1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	20.321.500	19.782.787	20.415.637	538.713	2,7%	-94.136	-0,5%
Lugares x km	2.601.152.027	2.532.196.729	2.613.201.494	68.955.299	2,7%	-12.049.467	-0,5%
Comboios x km	3.765.199	3.783.864	3.861.463	-18.666	-0,5%	-96.264	-2,5%

Fonte: DCL/DMS 020/1482032 (DAQ) | DMS 042/1405039 (DAQ) | PAO2019-2021 (DFI)

Os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma evolução bastante positiva, resultante do esforço da empresa em recuperar a frota de material circulante que se encontrava imobilizada, com o reforço da sua equipa de manutenção e com a garantia da existência, em armazém, de um stock de peças que permite fazer face às necessidades.

Quadro 3 - Material Circulante

MATERIAL CIRCULANTE	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Disponibilidade do Material Circulante	87,5%	68,2%	90,0%	19,3 p.p.	-	-2,5 p.p.	-

Fonte: DCL/DMS 020/1482032 (DAQ) | DMS 042/1405039 (DAQ) | PAO2019-2021 (DFI)

A disponibilidade do material circulante apresenta uma evolução positiva de 19,3 pontos percentuais em relação ao período homólogo, em consonância com o descrito no parágrafo anterior, demonstrando a recuperação da frota e ficando apenas a 2,5 pontos percentuais da disponibilidade prevista no PAO.

1.3. Receitas

Quadro 4 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias*	79 623 728 €	79 651 218 €	84 160 121 €	-27 490	0,0%	-4 536 394	-5,4%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	2 532 108 €	2 216 674 €	977 664 €	315 434	14,2%	1 554 444	159,0%
Compensação tarifária (PART)	2 349 318 €	0 €	0 €	2 349 318	-	2 349 318	-
Receitas tarifárias (inclui participações)	84 505 154 €	81 867 892 €	85 137 785 €	2 637 262	3,2%	-632 631	-0,7%

*Bilhetes, Passes e Cartões

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Face ao período homólogo, o valor das receitas tarifárias regista um decréscimo, sem expressividade, de 27 mil euros.

Apesar do aumento da procura, conforme detalhado no ponto 1.1. *Procura*, a transferência de passageiros com títulos ocasionais para passageiros com passe origina um decréscimo de receita direta, embora equilibrada com a compensação financeira dos passes 4_18, Sub23 e Social+ e com a compensação do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes).

Comparadas com as previstas no PAO 2019, as receitas tarifárias registam um desvio negativo de 5,4%. O desvio verificado nas receitas tarifárias é justificado pela introdução do Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), conforme descrito acima.

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 5 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2019	31.DEZ 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5.480.556.802 €	5.309.630.743 €	4.840.977.517 €	170.926.059 €	3,2%	639.579.284 €	13,2%
Ativo Corrente	70.010.596 €	67.982.531 €	85.927.533 €	2.028.065 €	3,0%	-15.916.937 €	-18,5%
Total do Ativo	5.550.567.397 €	5.377.613.273 €	4.926.905.050 €	172.954.124 €	3,2%	623.662.347 €	12,7%
Capital Próprio	1.201.709.630 €	741.793.733 €	1.269.077.150 €	459.915.897 €	62,0%	-67.367.520 €	-5,3%
Passivo não Corrente	3.030.966.182 €	2.908.733.943 €	3.027.913.365 €	122.232.239 €	4,2%	3.052.817 €	0,1%
Passivo Corrente	1.317.891.585 €	1.727.085.598 €	629.914.535 €	-409.194.013 €	-23,7%	687.977.050 €	109,2%
Capital Próprio e Passivo	5.550.567.397 €	5.377.613.273 €	4.926.905.050 €	172.954.124 €	3,2%	623.662.347 €	12,7%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Principais variações no Balanço, face a 31 de Dezembro de 2018:

Ativo não Corrente

- O acréscimo verificado justifica-se, em grande parte, pela imputação dos encargos financeiros relativos a ILD na rubrica “Estado – Conta a Receber” (+179,1 M€);
- Investimento em ILD (+3,8 M€);
- Redução dos ativos fixos tangíveis (-13,3 M€), decorrente das amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Aumento de 0,6 M€ de *stock* de materiais para manutenção;
- Estado e outros entes públicos: redução de 1,7 M€ em IRC - Imposto a recuperar e decréscimo de 0,8 M€ em IVA - Reembolsos pedidos;
- Outras contas a receber: Aumento de 10,2 M€ em Valores a regularizar - Reconciliação Venda e 2,7 M€ em Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +;

- Redução de aproximadamente 1,7 M€ em diferimentos, pela regularização das contas de Gastos a repartir por duodécimos;
- Diminuição de saldo de Caixa e Depósitos Bancários em 7,4 M€, na sequência do Despacho n.º 322/2019, de 11 de março, do Secretário de Estado do Orçamento, que autorizou a utilização de 15 M€ do saldo de gerência do ML para pagamento de juros.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: 424,1 M€ (janeiro), 14,5 M€ (março), 1,3 M€ (maio), 22,6 M€ (junho), 2 M€ (agosto) e 14,5 M€ (setembro);
- Resultados transitados: -27,9 M€;
- Variação no Resultado Líquido: +9,9 M€.

Passivo não Corrente

- Aumento de 87,6 M€ em financiamentos obtidos da DGTF para fazer face a encargos financeiros, sendo 64,1 M€ relativos a financiamentos ILD e 23,6 M€ relativos a financiamentos ML;
- Aumento de 54,1 M€ em ILD, decorrente de perdas de justo valor associadas a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD;
- Decréscimo de 16,3 M€ de derivados, decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ML;
- Redução de 3,2 M€ em Encargos com Pensões, decorrente dos resultados do último Estudo Atuarial.

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD (-432,8 M€), pela amortização de financiamentos concedidos: Obrigações (400 M€), BEI (49,8 M€) e pela redução de juros a liquidar (-17,2 M€);
- Aumento do valor de fornecedores conta corrente em 11,1 M€, decorrente da redução de disponibilidades devido à aplicação do saldo de gerência, conforme referido na análise do Ativo Corrente, pelo que no presente exercício não existe flexibilidade para efetuar pagamentos em prazo anterior ao do vencimento das faturas (+11 M€ de saldo nos principais fornecedores do ML);
- Aumento em 11,0 M€ em financiamentos obtidos (na realidade não existe qualquer financiamento, apenas não foi possível efetuar a compensação entre contas DO que acolhem os valores da venda), pela falta de regularização contabilística de receita;
- Outras contas a pagar: aumento de aproximadamente 1,8 M€ em Acréscimos de gastos - Juros a liquidar.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 3.º Trimestre:

Ativo não Corrente

- Desvio de -28,8 M€ em investimento ILD. A baixa execução do investimento é detalhada no ponto 0. A *especificidade da* atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 26/03/2019, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE). O IGCP pronunciou-se a este respeito no seu ofício n.º 19142/2019, de 27 de novembro, reforçando os termos do despacho proferido para o biénio 2018-2019, uma vez que não foram invocados motivos suscetíveis da sua reapreciação. O ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, de 4 de setembro de 2018, considerava que o ML estava excecionado, para 2018 e 2019, nos valores referentes às garantias bancárias que não pudessem ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais deveriam quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.
- Plano de Investimento;
- Desvio de +680,1 M€ na conta de *Estado – Conta a Receber*, pela não execução da conversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano);

- Desvio de -0,6 M€ face à falta de estimativa de ganhos de justo valor associadas a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD.

Ativo Corrente

- Desvio de +0,5 M€ de stock de materiais para manutenção;
- Desvio de +1,3 M€ em Clientes face ao planeado, essencialmente pela não regularização de receitas de tráfego;
- Estado e Outros Entes Públicos, desvio de -4,8 M€, dado a baixa execução de investimento face ao planeado, por via de estimativa de IVA a recuperar superior ao realizado;
- Desvio negativo em Caixa e Depósitos Bancários de 12,8 M€, decorrente da utilização do saldo de gerência para pagamento de juros, não tendo esta utilização sido prevista no PAO.

Capital próprio

- Desvio negativo de 56,9 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto, dado a baixa realização de investimento;
- Desvio de -6,6 M€ de resultados transitados, resultante de um resultado líquido previsto menos negativo do que o real para 2018;
- Desvio negativo de 25,6 M€ em Outras variações no capital próprio, devido, por um lado, não ter sido estimada no PAO 2019 a perda de 6,3 M€ resultante do estudo atuarial de pensões, e por outro, o não recebimento do subsídio do Fundo Ambiental conforme previsto;
- Desvio de +21,7 M€ no resultado líquido do exercício.

Passivo não Corrente

- Desvio de +3,1 M€, resultante de:
 - Passivo não corrente ILD (+70,3 M€): +22,8 M€ de financiamento DGTF previsto como dotação de capital, +54,1 M€ decorrente do justo valor associado a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD e -6,6 M€ de regularização de provisões para processos judiciais em curso que não haviam sido estimadas;
 - Desvio de aproximadamente +1 M€ por falta de estimativa de aumento de provisões;
 - Financiamentos obtidos: -57,9 M€ relativa à estimativa para 2018 de regularização de dívida para passivo corrente;
 - Derivados: -16,3 M€, dado não terem sido considerados ganhos para o 3.º trimestre respeitante ao *mark-to-market*;
 - Responsabilidades com pensões: +5,9 M€, valor de regularização contabilística efetuada em dezembro de 2018, em resultado do estudo atuarial, não estimado no PAO.

Passivo Corrente

- Desvio de +688,0 M€, resultante de:
 - Passivo corrente ILD: +656,4 M€, explicado em grande parte pela não realização da operação contabilística de reconversão de passivo ILD por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano);
 - Fornecedores: +10,4 M€ pelas razões referidas na análise comparativa com o período homólogo;
 - Estado e outros entes públicos: -1,2 M€, justificado pela falta de estimativa de regularizações de IVA no final do exercício de 2018;
 - Financiamentos obtidos: +35,5 M€, falta de estimativa na reconversão de financiamento não corrente em corrente no final do exercício de 2018;
 - Outras contas a pagar: -13,8 M€, justificado por um lado, pelo valor de remuneração autónoma previsto no período em análise no PAO (9,5 M€) para compensação dos pagamentos de complementos de pensões, e por outro, pelo facto de ter sido efetuada uma regularização de acréscimos que não havia sido prevista.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 6 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais *	89.074.308 €	85.239.435 €	88.778.110 €	3.834.873	4,5%	296.198	0,3%
Gastos Operacionais **	90.149.128 €	86.773.049 €	89.882.695 €	3.376.079	3,9%	266.433	0,3%
EBITDA (corrigido)	-1.074.819 €	-1.533.613 €	-1.104.585 €	458.794	-29,9%	29.765	-2,7%

* Excluindo rubricas non-cash (Ganhos de Justo Valor / Reversões / Subsídios ao Investimento / Trabalhos para a própria entidade / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas non-cash (Ajustamentos / Provisões/ Perdas por Redução de Justo Valor / Perdas em Participadas / Diferenças cambiais / Perdas em Inventários)

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 7 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	16.325.746 €	23.107.168 €	-120.747 €	-6.781.422	-29,3%	16.446.493	-13620,6%
Ajustamentos	17.400.565 €	24.640.782 €	983.837 €	-7.240.216	-29,4%	16.416.728	1668,6%
Provisões	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Imparidades	22.881 €	36.415 €	0 €	-13.534	-37,2%	22.881	-
Aumentos / reduções de justo valor	16.214.012 €	22.341.770 €	0 €	-6.127.758	-27,4%	16.214.012	-
Ganhos cambiais	0 €	5.386 €	0 €	-5.386	-100,0%	0	-
Perdas cambiais	-949 €	-1.946 €	0 €	998	-51,3%	-949	-
Subsídios ao investimento	1.001.008 €	1.906.618 €	983.837 €	-905.610	-47,5%	17.171	1,7%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	131.220 €	70.321 €	0 €	60.899	86,6%	131.220	-
Trabalhos para a própria entidade	28.132 €	69.492 €	0 €	-41.360	-59,5%	28.132	-
Perdas em Inventários	-66.790 €	-149.821 €	0 €	83.031	-55,4%	-66.790	-
Ganhos em Inventários	71.051 €	215.766 €	0 €	-144.715	-67,1%	71.051	-
Mais Valias Leasing	0 €	146.780 €	0 €	-146.780	-100,0%	0	-
EBITDA (corrigido)	-1.074.819 €	-1.533.613 €	-1.104.585 €	458.794	-29,9%	29.765	-2,7%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados efeitos de natureza *non-cash*, tais como diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários. Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras, com relevante impacto no EBITDA contabilístico, nomeadamente Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor.

Face ao período homólogo, verifica-se uma melhoria de 0,5 M€ do EBITDA corrigido, com o aumento a nível de receitas de vendas e serviços prestados a ser suficiente para cobrir o principal aumento de gastos operacionais do 3.º trimestre de 2019, que incidiu essencialmente nos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (2,7 M€) e gastos com o pessoal (1,0 M€).

No que respeita ao desempenho deste indicador face ao previsto no PAO 2019, o desvio positivo é resultado dos gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas inferior ao estimado (-1,0 M€), assim como, dos gastos com pessoal (-1,2 M€). Apesar dos FSE terem execução acima do previsto (+2,7M€) este valor é compensado pelo desvio negativo nas rubricas anteriormente referidas, assim como um desvio positivo de 1,1 M€ em rendimentos e ganhos.

2.2.2. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais corrigidos registaram uma variação positiva de 4,5% (3,8 M€) face ao período homólogo pela evolução positiva das receitas (3,0 M€), conforme referido no ponto 1.3. *Receitas* e pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos (corrigidos) em 701 m€; comparativamente ao previsto no PAO 2019 apresenta um desvio positivo de 296 m€, estando a previsão muito aproximada dos valores executados.

2.2.3. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais corrigidos apresentam uma variação de 3,4 M€ (3,9%) face ao período homólogo e um desvio positivo de 266 m€ (0,3%) face ao previsto no PAO.

Quando comparado com o período homólogo, o aumento dos gastos operacionais é explicado pela variação de 2,7 M€ (12,2%) em fornecimentos e serviços externos, valor para o qual contribui o aumento dos gastos com energia de alta tensão (0,9 M€), decorrente quer do aumento da oferta quer do aumento da velocidade de circulação de 45 Km/h para 60 km/h às horas de ponta nas linhas Azul, Amarela e Vermelha. Por outro lado, e face ao esforço que o ML tem vindo a desenvolver no sentido de melhorar a qualidade do serviço público, verificou-se um aumento dos gastos, em particular, com despesas de conservação e reparação, serviços de vigilância e serviços de limpeza (aproximadamente +0,79 M€). Adicionalmente, as rendas do Leasing operacional do material circulante sofreram um agravamento de 0,5 M€.

Em comparação com os valores previstos no PAO, é de destacar o desvio negativo de 1,2 M€ (2,0%) nos gastos com pessoal, explicado em grande parte por um valor previsional de gastos com complementos de pensões (0,8 M€) acima do registado e um desvio de -0,25 M€ de indemnizações para eventuais rescisões.

2.3. Fluxos de Caixa

Quadro 8 - Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa (acumulado)	REAL	PAO	Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2019	Abs	%
Atividades Operacionais				
Recebimentos das atividades operacionais	100 935 243 €	89 828 328 €	11 106 915	12,4%
Pagamentos das atividade operacionais	-91 813 550 €	-97 071 583 €	-5 258 034	-5,4%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	9 121 694 €	-7 243 255 €	16 364 948	225,9%
Atividades de Investimento				
Recebimentos de Investimentos	0 €	0 €	0	-
Pagamentos de investimentos	-6 932 008 €	-41 426 899 €	-34 494 891	-83,3%
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-6 932 008 €	-41 426 899 €	34 494 891	-83,3%
Atividades de financiamento				
Recebimentos de financiamentos	566 555 663 €	628 932 035 €	-62 376 372	-9,9%
Pagamentos de financiamentos	-576 160 682 €	-574 838 336 €	1 322 346	0,2%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-9 605 019 €	54 093 699 €	-63 698 718	-117,8%
Saldo de tesouraria	8 822 251 €	21 684 400 €	-12 862 149	-59,3%

Fonte: Mfca e PAO 2019-2021 (DFI)

Os recebimentos das atividades operacionais cobriram os pagamentos das atividades operacional e de investimento, e ainda 2,2 M€ das atividades de financiamento, que tiveram cobertura parcial através de dotações de capital (478,9 M€) e financiamento (87,6 M€), sendo o valor remanescente coberto por recurso ao saldo de gerência, conforme autorização da tutela, através do Despacho SEO/322/2019.

Comparando com o previsto no PAO, nos fluxos das atividades operacionais regista-se um desvio positivo de 16,4 M€, tendo os recebimentos de clientes variado positivamente 8,6 M€ e os outros recebimentos 4,1 M€; relativamente a pagamentos, regista-se um desvio negativo de -0,6 M€ em pagamento a fornecedores, -2,9 M€ em pagamentos ao pessoal e -0,2 M€ em pagamentos de impostos.

Os fluxos das atividades de investimento registam um desvio positivo de 34,5 M€, justificado pela baixa execução de investimento.

Nos fluxos de atividades de financiamento regista-se um desvio negativo de 63,7 M€. O desvio justifica-se pela baixa realização de investimento, que levou a menores necessidades de financiamento, assim como pelo desvio positivo nas atividades operacionais e pela aplicação do saldo de gerência (autorização pelo Despacho SEO/322/2019).

2.4. Modelo de Financiamento

Quadro 9 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	478.930.341 €	94.662.200 €	534.539.095 €	384.268.141 €	405,9%	-55.608.754 €	-10,4%
Numerário	478.930.341 €	94.662.200 €	534.539.095 €	384.268.141 €	405,9%	-55.608.754 €	-10,4%
Conversões de Crédito	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Empréstimos DGTF	87.625.322 €	361.309.217 €	99.325.323 €	-273.683.895 €	-75,7%	-11.700.001 €	-11,8%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente *	2.532.108 €	2.216.674 €	1.036.324 €	315.434 €	14,2%	1.495.784 €	144,3%
Subsídios ao Investimento / PIDDAC	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
TOTAL	569.087.771 €	458.188.091 €	634.900.743 €	110.899.680 €	24,2%	-65.812.971 €	-10,4%

* Valor estimado para o 3.º trimestre de 2019 por especialização de receita. Estas compensações apenas são recebidas no final do ano.

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Ao terceiro trimestre de 2019 foram realizadas seis dotações de capital, que totalizam 478,9 M€.

No âmbito do modelo de financiamento em vigor, estes montantes foram recebidos para fazer face ao pagamento do serviço da dívida contratada (juros e reembolsos) e investimento.

O desvio, face ao PAO, deriva da baixa taxa de execução de investimento e, como já referido, pela autorização para a utilização do saldo de gerência, para efetuar pagamentos relativos a derivados financeiros.

2.5. Stock da Dívida

Quadro 10 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	31 DEZ 2018	3.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910.000.000 €	1.310.000.000 €	910.000.000 €	-400.000.000 €	69,5%	0 €	0,0%
BEI	459.040.832 €	508.843.647 €	459.040.832 €	-49.802.815 €	90,2%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	1.748.445.909 €	1.660.820.587 €	1.113.754.916 €	87.625.322 €	105,3%	634.690.993 €	57,0%
Schuldschein	300.000.000 €	300.000.000 €	300.000.000 €	0 €	100,0%	0 €	0,0%
Total	3.417.486.741 €	3.779.664.233 €	2.782.795.748 €	-362.177.493 €	90,4%	634.690.993 €	22,8%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Face a 31 de dezembro de 2018, é de destacar a amortização de um empréstimo obrigacionista no valor de 400 M€ e amortização de empréstimos BEI no valor de 49,8 M€, bem como a contratação de financiamentos DGTF no valor de 87,6 M€.

Relativamente ao previsto no PAO, o desvio de +634,7 M€ é explicado pela não concretização da operação de conversão de dívida ILD, por incorporação em ativo do Estado, prevista para o primeiro trimestre do ano.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 11 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ 2019/2018		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
(1) CMVMC	2 905 617 €	5 023 434 €	3 950 979 €	-2 117 818 €	-42,2%	-1 045 363 €	-26,5%
(2) FSE	25 227 860 €	22 480 331 €	23 625 070 €	2 747 529 €	12,2%	1 602 790 €	6,8%
(3) Gastos com pessoal	59 696 377 €	58 701 522 €	60 933 233 €	994 855 €	1,7%	-1 236 857 €	-2,0%
Indemnizações	- €	182 833 €	- €	-182 833 €	-100,0%	-	-
Valorizações remuneratórias	802 327 €	2 983 010 €	- €	-2 180 683 €	-73,1%	802 327 €	-
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	87 829 853 €	86 205 287 €	88 509 283 €	1 624 566 €	1,9%	-679 430 €	-0,8%
(5) Volume de negócios (VN)	87 662 228 €	84 675 511 €	88 408 570 €	2 986 717 €	3,5%	-746 342 €	-0,8%
Subsídios à exploração	- €	- €	- €	- €	-	- €	-
Indemnizações Compensatórias	- €	- €	- €	- €	-	- €	-
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100%	102%	100%	-1,6 pp	--	0,1 pp	--
(7) Deslocações e Alojamento	23 803 €	68 942 €	250 000 €	-45 139 €	34,5%	-226 197 €	-90,5%
(8) Ajudas de custo	3 992 €	10 772 €	3 900 €	-6 780 €	37,1%	92 €	2,4%
(9) Gastos com a frota automóvel ^(a)	137 615 €	228 099 €	197 481 €	-90 484 €	60,3%	-59 866 €	-30,3%
(7) + (8) + (9)	165 410 €	307 813 €	451 381 €	-142 402 €	53,7%	-285 971 €	-63,4%
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1 105 646 €	780 644 €	922 446 €	325 002 €	141,6%	183 200 €	19,9%

(a) Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Tendo em conta as orientações constantes nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019”¹, no que respeita aos princípios financeiros de referência, e sobre o desempenho do ML no 3.º trimestre de 2019, salienta-se o seguinte:

- Garantiu-se a eficiência operacional na medida em que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios está ao nível da estimativa do PAO. Este rácio é inferior quando comparado com o rácio do período homólogo (-1,6 p.p.);
- O total de gastos com pessoal é inferior ao valor estimado, pelas razões já referidas anteriormente (ver ponto 2.2.3 *Gastos Operacionais*). Comparativamente com o período homólogo, verifica-se um incremento de 1,0 M€ justificado pelas contratações ocorridas durante o ano de 2018 e início de 2019;
- Registou-se um total de gastos com deslocações e estadas e ajudas de custo inferior ao verificado no período homólogo e ao PAO. Os gastos com a frota automóvel registaram um decréscimo face ao mesmo período do ano anterior, tal como previsto no PAO 2019;
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam um aumento significativo face ao período homólogo, justificado pelo acréscimo de apoio técnico e jurídico, em especial para os projetos de expansão e modernização da rede.

¹ Ofício Circular n.º 4219, de 14 de agosto de 2018.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 12 - Indicadores de Frota Automóvel

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	41	47	42	-6	-12,8%	0	-2,4%
Gastos (€):							
Combustível	23.620	28.663	26.951	-5.043	-17,6%	-3.331	-12,4%
Energia	1.995	8.081	7.500	-6.085	-75,3%	-5.505	-73,4%
Conservação e Reparação	20.667	38.275	33.188	-17.608	-46,0%	-12.521	-37,7%
Rendas	60.915	115.106	99.756	-54.191	-47,1%	-38.840	-38,9%
Seguros	16.379	23.804	22.350	-7.425	-31,2%	-5.971	-26,7%
Impostos	1.756	1.992	3.236	-235	-11,8%	-1.480	-45,7%
Outros	12.283	12.179	4.500	103	0,8%	7.783	172,9%
Total	137.615	228.099	197.481	-90.484	-39,7%	-59.866	-30,3%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se uma variação negativa de 90,5 m€ (-39,7%) face ao período homólogo, por via da redução da frota.

Face ao PAO, os gastos com viaturas apresentam uma redução de cerca de 59,9 m€ (-30,3%).

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 13 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	32	13	35	19	146,2%	-3	-8,6%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

O ML mantém a tendência de um prazo médio de pagamentos baixo, apresentando uma redução face ao estimado (-3 dias), e um aumento face ao período homólogo (+19 dias), justificada pela elevada redução do saldo de tesouraria decorrente do decréscimo de disponibilidades devido à aplicação do saldo de gerência, conforme referido no ponto 2.1. *Análise de Balanço*, pelo que, no presente exercício não existe flexibilidade para efetuar pagamentos em prazo anterior ao do vencimento das faturas.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 14 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	31 DEZ 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitan de Lisboa*	1.436	1.416	1.436	20	1,4%	0	0,0%

*Não considera os Órgãos Sociais

Fonte: DCH e PAO 2019-2021 (DFI)

A variação positiva de 20 colaboradores face a 31 de dezembro de 2018 deve-se a:

- 30 admissões: 22 Agentes de Tráfego, 2 Técnicos de Eletrónica, 2 Oficiais Eletromecânicos, 2 Oficiais de Via, 2 Técnicos de eletrónica.
- 10 saídas: 4 por reforma, 4 por rescisão e 2 por outros motivos.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 15 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	3.º TRIM 2019	31 Dez 2018
Financiamento Remunerado	3.417.486.741 €	3.779.664.233 €
Capital Social	3.022.721.347 €	2.543.791.006 €
Novos Investimentos	1.316.519 €	0 €
Variação do endividamento	1,83%	

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019”, que tem em conta novos investimentos de expressão material, o endividamento do ML variou 1,83%, cumprindo assim o limite de 2%.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 16 - Disponibilidades

UTE	3.º TRIM 2019
Disponibilidades em 30-09-2019	8.803.122 €
Depositadas no IGCP	7.513.946 €
Outras	1.289.176 €
Disponibilidades no IGCP [%]	85,4%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

No final de setembro de 2019, o ML mantinha 85,4% dos depósitos bancários (7,5 M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 26/03/2019, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE). O IGCP pronunciou-se a este respeito no seu ofício n.º 19142/2019, de 27 de novembro, reforçando os termos do despacho proferido para o biénio 2018-2019, uma vez que não foram invocados motivos suscetíveis da sua reapreciação. O ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, de 4 de setembro de 2018, considerava que o ML estava excecionado, para 2018 e 2019, nos valores referentes às garantias bancárias que não pudessem ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais deveriam quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.

4. Plano de Investimento

Projecto	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º Trim 2019	3.º Trim 2018	3.º Trim 2019	Abs	%	Abs	%
Investimento ML	1.297.474	709.562	15.438.501	587.912	83%	-14.141.027	-92%
Edifícios e outras Construções	310.018	303.219	1.770.575	6.799	2%	-1.460.557	-82%
Equipamento Básico	326.642	307.710	2.047.972	18.932	6%	-1.721.330	-84%
CITV	2.580	0	1.350.000	2.580	-	-1.347.420	-100%
Portas ML90	0	0	800.000	0	-	-800.000	-100%
Portas ML95-97-99	0	0	750.000	0	-	-750.000	-100%
Material circulante - Projeto Modernização	0	0	7.144.754	0	-	-7.144.754	-100%
Renovação de MAVT	0	0	0	0	-	0	-
Remodelação Sistema Central de Bilhética	0	0	0	0	-	0	-
Ferramentas e Utensílios	86.109	60.253	29.900	25.857	43%	56.209	188%
Equipamento Administrativo	572.124	38.381	1.545.300	533.743	1391%	-973.176	-63%
Investimento ILD	4.779.668	5.335.053	35.330.842	-555.385	-10%	-30.551.174	-86%
Estação Baixa-Chiado	71.175	0	316.811	71.175	-	-245.636	-78%
Prolongamento Alameda / S.Sebastião	0	0	0	0	-	0	-
Plano Nacional de Acessibilidades	253.309	13.612	3.688.694	239.697	1761%	-3.435.385	-93%
Prolongamento Amadora Este / Reboleira	17.186	54.746	0	-37.559	-69%	17.186	-
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	1.313.939	1.529.759	19.277.209	-215.820	-14%	-17.963.270	-93%
Remodelação da Linha A	418.749	182.949	155.408	235.799	129%	263.340	169%
Remodelação da Linha B	220.404	1.486.704	110.137	-1.266.300	-85%	110.268	100%
Remodelação da Linha C	117.775	198.910	230.001	-81.135	-41%	-112.225	-49%
Remodelação e ampliação Areeiro	7.531	9.530	1.088.911	-1.999	-21%	-1.081.380	-99%
Remodelação e ampliação Arroios	291.589	972.836	2.469.935	-681.247	-70%	-2.178.346	-88%
Remodelação da Linha D	179.661	1.109.683	444.703	-930.022	-84%	-265.042	-60%
Remodelação Olivais	1.731.371	0	3.293.935	1.731.371	-	-1.562.564	-47%
Remodelação da Rede Global	156.979	-229.806	374.854	386.785	-168%	-217.875	-58%
Renovação de sistema SCADA	0	0	525.000	0	-	-525.000	-100%
CBTC - Projeto de modernização	0	0	3.355.246	0	-	-3.355.246	-100%
Investimento por Conta de Terceiros	0	6.130	0	-6.130	-100%	0	-
Total	6.077.142	6.044.615	50.769.343	32.527	1%	-44.692.201	-88%

Fonte: SAP/CO e PAO 2019-2021 (DFI)

No terceiro trimestre de 2019, foi realizado cerca de 12% do investimento previsto para o período. Face ao período homólogo, verificou-se um aumento na execução de aproximadamente 33 m€.

Face à complexidade e morosidade dos processos relativos a empreitadas, é recorrente que a realização do investimento seja superior nos últimos meses do ano.

5. Análise dos principais desvios

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Balanço - Ativo n/corr. (ILD) - Passivo corr. (ILD)	+650,1 M€ +656,4 M€	- Não execução da reconversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano).	Pág. 3	Carece de autorização de reconversão de passivo pela tutela financeira.
Gastos Operacionais - Gastos com pessoal	-1,2 M€	- Desvio negativo em gastos com complementos de pensões, derivado do estudo atuarial; - Desvio negativo em gastos de processamento salarial, por não concretização de contratação de trabalhadores previstos; - Desvio negativo em indemnizações para eventuais rescisões.	Pág. 7	A aprovação das novas contratações previstas para o 2º trimestre ocorreu no final de Junho de 2019, com a aprovação do PAO. Estima-se que parte do desvio do processamento salarial seja atenuado no final do ano.
- Plano de Investimento	-44,7 M€	Complexidade e morosidade dos processos de contratação associados a empreitadas. Adicionalmente, para as empreitadas com valores inferiores a 1 Milhão de euros as candidaturas são reduzidas ou nulas.	Pág. 13	O ML tem procurado responder à tendência do mercado, tendo efetuado a revisão do preço base de determinados concursos.

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ / PAO	
	3.º TRIM 2019	31.DEZ 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5.294.953.503 €	5.111.618.059 €	4.644.898.411 €	183.335.444 €	3,6%	650.055.091 €	14,0%
Ativos fixos tangíveis	114.936.999 €	126.986.144 €	129.580.556 €	-12.049.144 €	-9,5%	-14.643.556 €	-11,3%
Propriedades de investimento	11.831.800 €	12.176.217 €	7.932.273 €	-344.417 €	-2,8%	3.899.527 €	49,2%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	3.415.628 €	3.350.018 €	3.156.628 €	65.610 €	2,0%	259.000 €	8,2%
Derivados	-	81.966 €	81.966 €	-81.966 €	-100,0%	-81.966 €	-100,0%
Outros ativos financeiros	55.418.872 €	55.418.340 €	55.327.683 €	532 €	0,0%	91.189 €	0,2%
Total do ativo não corrente	5.480.556.802 €	5.309.630.743 €	4.840.977.517 €	170.926.059 €	3,2%	639.579.284 €	13,2%
Ativo corrente							
Inventários	7.584.084 €	7.134.976 €	7.038.473 €	449.108 €	6,3%	545.611 €	7,8%
Clientes	1.733.345 €	1.031.813 €	426.261 €	701.531 €	68,0%	1.307.083 €	306,6%
Estado e outros entes públicos	3.306.858 €	5.230.197 €	8.121.141 €	-1.923.339 €	-36,8%	-4.814.283 €	-59,3%
Outras contas a receber	18.943.616 €	7.008.736 €	18.132.667 €	11.934.880 €	170,3%	810.948 €	4,5%
Diferimentos	29.591.765 €	31.339.224 €	30.524.590 €	-1.747.459 €	-5,6%	-932.825 €	-3,1%
Caixa e depósitos bancários	8.850.928 €	16.237.584 €	21.684.400 €	-7.386.656 €	-45,5%	-12.833.471 €	-59,2%
Total do ativo corrente	70.010.596 €	67.982.531 €	85.927.533 €	2.028.065 €	3,0%	-15.916.937 €	-18,5%
Total do ativo em investimentos de ILD	5.294.953.503 €	5.111.618.059 €	4.644.898.411 €	183.335.444 €	3,6%	650.055.091 €	14,0%
Total do ativo afeto à operação (ML)	255.613.894 €	265.995.215 €	282.006.639 €	-10.381.320 €	-3,9%	-26.392.744 €	-9,4%
TOTAL DO ATIVO	5.550.567.397 €	5.377.613.273 €	4.926.905.050 €	172.954.124 €	3,2%	623.662.347 €	12,7%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3.022.721.347 €	2.543.791.006 €	3.079.616.267 €	478.930.341 €	18,8%	-56.894.920 €	-1,8%
Reserva legal	21.597 €	21.597 €	21.597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1.501.878 €	1.501.878 €	1.501.878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1.796.686.034 €	-1.768.793.599 €	-1.790.128.638 €	-27.892.435 €	1,6%	-6.557.396 €	0,4%
Outras variações no capital próprio	-7.835.722 €	-6.834.714 €	17.728.122 €	-1.001.008 €	14,6%	-25.563.844 €	-144,2%
Resultado líquido do exercício	-18.013.436 €	-27.892.435 €	-39.662.077 €	9.878.999 €	-35,4%	21.648.641 €	-54,6%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.201.709.630 €	741.793.733 €	1.269.077.150 €	459.915.897 €	62,0%	-67.367.520 €	-5,3%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.444.450.125 €	2.326.298.242 €	2.374.129.214 €	118.151.884 €	5,1%	70.320.912 €	3,0%
Provisões	52.920.819 €	52.920.819 €	51.945.517 €	-	0,0%	975.302 €	1,9%
Financiamentos obtidos	217.736.252 €	194.179.525 €	275.613.697 €	23.556.727 €	12,1%	-57.877.445 €	-21,0%
Derivados	65.327.918 €	81.623.896 €	81.623.896 €	-16.295.978 €	-20,0%	-16.295.978 €	-20,0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	250.531.068 €	253.711.461 €	244.601.042 €	-3.180.394 €	-1,3%	5.930.026 €	2,4%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	2.444.450.125 €	2.326.298.242 €	2.374.129.214 €	118.151.884 €	5,1%	70.320.912 €	3,0%
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)	586.516.057 €	582.435.701 €	653.784.151 €	4.080.356 €	0,7%	-67.268.095 €	-10,3%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	3.030.966.182 €	2.908.733.943 €	3.027.913.365 €	122.232.239 €	4,2%	3.052.817 €	0,1%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	772.851.186 €	1.205.630.052 €	116.413.396 €	-432.778.866 €	-35,9%	656.437.790 €	563,9%
Fornecedores	12.180.502 €	1.765.542 €	1.762.795 €	10.414.961 €	589,9%	10.417.707 €	591,0%
Estado e outros entes públicos	3.086.008 €	3.017.415 €	4.290.891 €	68.593 €	2,3%	-1.204.883 €	-28,1%
Financiamentos obtidos	483.200.530 €	472.210.525 €	447.703.198 €	10.990.005 €	2,3%	35.497.332 €	7,9%
Outras contas a pagar	45.849.471 €	44.259.228 €	59.630.517 €	1.590.244 €	3,6%	-13.781.046 €	-23,1%
Diferimentos	723.887 €	202.837 €	113.737 €	521.051 €	256,9%	610.150 €	536,5%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	772.851.186 €	1.205.630.052 €	116.413.396 €	-432.778.866 €	-35,9%	656.437.790 €	563,9%
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)	545.040.399 €	521.455.546 €	513.501.139 €	23.584.853 €	4,5%	31.539.260 €	6,1%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1.317.891.585 €	1.727.085.598 €	629.914.535 €	-409.194.013 €	-23,7%	687.977.050 €	109,2%
Total do passivo em investimentos de ILD	3.217.301.311 €	3.531.928.293 €	2.490.542.610 €	-314.626.983 €	-8,9%	726.758.701 €	29,2%
Total do passivo afeto à operação (ML)	1.131.556.456 €	1.103.891.247 €	1.167.285.290 €	27.665.209 €	2,5%	-35.728.834 €	-3,1%
TOTAL DO PASSIVO	4.348.857.767 €	4.635.819.540 €	3.657.827.900 €	-286.961.774 €	-6,2%	691.029.867 €	18,9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5.550.567.397 €	5.377.613.273 €	4.926.905.050 €	172.954.124 €	3,2%	623.662.347 €	12,7%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	3.º TRIM 2019	3.º TRIM 2018	3.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	87.662.228 €	84.675.511 €	88.408.570 €	2.986.717 €	3,5%	-746.342 €	-0,8%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	131.220 €	70.321 €	-	60.899 €	86,6%	131.220 €	-
Trabalhos para a própria entidade	28.132 €	69.492 €	-	-41.360 €	-59,5%	28.132 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.905.617 €	-5.023.434 €	-3.950.979 €	-2.117.818 €	-42,2%	-1.045.363 €	-26,5%
Fornecimentos e serviços externos	-25.227.860 €	-22.480.331 €	-23.625.070 €	2.747.529 €	12,2%	1.602.790 €	6,8%
Gastos com o pessoal	-59.696.377 €	-58.701.522 €	-60.933.233 €	994.855 €	1,7%	-1.236.857 €	-2,0%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	22.881 €	36.415 €	-	-13.534 €	-37,2%	22.881 €	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	16.214.012 €	22.341.770 €	-	-6.127.758 €	-27,4%	16.214.012 €	-
Outros rendimentos e ganhos	2.484.139 €	2.838.475 €	1.353.377 €	-354.336 €	-12,5%	1.130.762 €	83,6%
Outros gastos e perdas	-2.387.013 €	-719.529 €	-1.373.412 €	1.667.484 €	231,7%	1.013.601 €	73,8%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	16.325.746 €	23.107.168 €	-120.747 €	-6.781.422 €	-29,3%	16.446.493 €	-13620,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-13679344,78	-17.019.536 €	-17.123.651 €	-3.340.191 €	-19,6%	-3.444.306 €	-20,1%
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	0	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.646.401 €	6.087.632 €	-17.244.398 €	-3.441.231 €	-56,5%	19.890.800 €	-115,3%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-20.659.837 €	-24.059.984 €	-22.417.678 €	-3.400.147 €	-14,1%	-1.757.841 €	-7,8%
Resultado antes de impostos	-18.013.436 €	-17.972.352 €	-39.662.077 €	-41.084 €	0,2%	21.648.641 €	-54,6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-18.013.436 €	-17.972.352 €	-39.662.077 €	-41.084 €	0,2%	21.648.641 €	-54,6%

Fonte: SAP/FI e PAO 2019-2021 (DFI)



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
3º TRIMESTRE 2019

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 3º trimestre de 2019 do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, tendo por base as contas reportadas ao período em causa, designadamente o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2019, na versão revista em fevereiro de 2019 e aprovada pelo Despacho n.º 573/19 – SET, de 28 de junho, e o “Relatório Trimestral” efetuado pela Entidade com referência ao 3º trimestre de 2019.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete de setembro de 2019 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



AC

Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório referente ao 3º trimestre de 2019 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço a 30 de setembro do corrente ano com os valores orçamentados para o final dos primeiros nove meses do ano e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2018 para 2019 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do **Ativo** registou um desvio favorável de 12,7% (623,7 M€) face ao orçamentado, fundamentalmente pela não execução da conversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (650,1 M€), a qual estava prevista para o 1.º trimestre do ano;
- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 5,3% (-67,4 M€), justificado pelo efeito conjugado entre os
 - desvios desfavoráveis (i) no 'Capital realizado' (-56,9 M€), devido a dotações de capital inferiores às previstas, dada a baixa realização do investimento (ii) nos 'Resultados transitados' (-6,6 M€), pela diferença entre o resultado líquido de 2018 estimado e o real, e (iii) nas 'Outras variações no capital próprio' (25,6 M€), por não ter sido estimada a perda atuarial de 6,3 M€ que acabou por vir a ser contabilizada ainda no âmbito do encerramento das contas de 2018 e por não ter sido recebido o previsto subsídio do Fundo Ambiental;
 - e o desvio favorável de 21,6 M€ verificado no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte.
- Em relação ao **Passivo**, registou-se um desvio desfavorável de 18,9% (691,0 M€), decorrente, fundamentalmente, da já referida falta de realização da operação contabilística de reconversão de passivo ILD por incorporação em ativo do Estado (656,4 M€).

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório referente ao 3º trimestre de 2019 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados até 30 de setembro de 2019 com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2018 para 2019 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi de -18,01 M€, é sensivelmente igual ao do período homólogo do ano anterior (-17,97 M€) e apresenta um desvio favorável de 54,6% (21,6 M€) face ao orçamentado (-39,7 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: i) desvio desfavorável de 0,8% na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*' (0,7 M€), devido essencialmente à diminuição das receitas



tarifárias em cerca de 5,4% face ao orçamentado (-4,5M€), o que não foi compensado pelas participações de passes (+3,9 M€), que não haviam sido estimadas dada a dificuldade de previsão em virtude da introdução do novo sistema tarifário, **ii)** desvio favorável na rubrica '*Gastos com o pessoal*' (1,2 M€), decorrente de uma estimativa dos gastos com complementos de pensões acima do verificado e da não contratação de todos os trabalhadores previstos para o trimestre em análise; **iii)** desvio favorável na rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*' (16,2 M€), resultante do registo das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, as quais não foram orçamentadas; **iv)** desvios favoráveis nas rubricas '*Gastos / reversões de depreciação e de amortização*' (3,4 M€) e '*Juros suportados*' (1,8 M€) e **v)** desvio desfavorável em '*Fornecimentos e serviços externos*' (1,6 M€).

Quanto à diferença face a 30 de setembro de 2018, destacamos **i)** o aumento de 3,0 M€ verificado na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*', decorrente essencialmente do facto de as receitas tarifárias em 2019 se terem mantido ao nível de 2018 e de as compensações tarifárias terem excedido em cerca de 2,3 M€ as auferidas no ano transato; **ii)** aumento de 2,7 M€ na rubrica '*Fornecimentos e serviços externos*', com realce para o aumento dos gastos com energia de alta tensão; **iii)** o crescimento dos Gastos com o Pessoal em 1,0 M€, devido ao crescimento do efetivo; **iv)** a variação positiva em 6,1 M€ da rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*', devido ao comportamento positivo registado no *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados e **v)** a diminuição de 2,1 M€, de 3,3 M€ e de 3,4 M€ nas rubricas '*Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*', '*Gastos / reversões de depreciação e de amortização*' e '*Juros suportados*', respetivamente.

7. Apesar da melhoria verificada na prestação de informação de gestão, **recomenda-se** que o ML, na parte 2.2. do Relatório Trimestral identifique as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de "Rendimentos Operacionais" e de "Gastos Operacionais" que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

Restrições na distribuição e uso

8. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2020

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)



**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
3.º TRIMESTRE DE 2019**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do terceiro trimestre de 2019 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao período findo em 30 de setembro de 2019, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2019², o relatório de execução do PAO – 3.º Trimestre de 2019, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML e remetido a este órgão de fiscalização e ao Revisor Oficial de Contas (ROC) em 4 de fevereiro de 2020, o respetivo relatório do ROC, de 28 de fevereiro de 2020, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, e as atas das reuniões do CA.

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

No final do 3.º trimestre de 2019 registou-se uma melhoria dos níveis de atividade, em relação ao período homólogo de 2018, expressa através dos indicadores da procura: +7,6% no número de passageiros transportados com título pago e +5,9% em passageiros x km. Em relação ao orçamentado, registam-se também desvios positivos, 3,1% e 2,3% respetivamente.

No que se refere à oferta, regista-se igualmente uma evolução positiva face aos três primeiros trimestres de 2018 (+2,7% em carruagens x km e em lugares x km)³, porém abaixo das previsões do PAO para igual período (-0,5% em carruagens x km e em lugares x km e -2,5% em comboios x km)⁴.

Considerando o somatório da receita tarifária (bilhetes, passes e cartões), da compensação financeira dos passes sociais (4_18, Sub23 e Social+) e da compensação tarifária (PART), regista-se um aumento de 3,2%

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

² Versão aprovada pelo CA através de deliberação de 22 de fevereiro de 2019, a qual foi objeto de aprovação através do Despacho n.º 573/19-SET, de 28 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

³ Embora tenha ocorrido uma redução de 0,5% do indicador comboios x km.

⁴ O relatório de execução da ML não apresenta justificações para a menor oferta face ao previsto.

(+2,6 milhões €) face ao período homólogo. Ainda assim, face ao orçamentado, regista-se um desvio desfavorável de 0,7% (-0,6 milhões €).

Não considerando o valor recebido no âmbito do PART, que ascendeu a 2,3 milhões €, o aumento face ao final do 3º trimestre de 2018 situou-se somente em 0,4% (+0,3 milhões €), apurando-se um desvio desfavorável de 3,5% face ao orçamento (-3,0 milhões €)⁵.

O investimento realizado até ao final do 3º trimestre de 2019 atingiu o montante global de 6.077,1 mil €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 12,0% face ao projetado para o mesmo período (50.769,3 mil €)⁶. O Relatório de execução da ML – 3º trimestre 2019 não identifica, concretamente, as razões de tão baixa realização do investimento, referindo apenas que “*Face à complexidade e morosidade dos processos relativos a empreitadas, é recorrente que a realização do investimento seja superior nos últimos meses do ano*”.

2.2. Desempenho económico e financeiro

A análise efetuada ao Relatório de execução da ML – 3º trimestre 2019, limitada pelo facto de o mesmo não apresentar as adequadas justificações para os desvios verificados, designadamente na oferta, no investimento realizado e em diversas rubricas de gastos e rendimentos⁷, permitiu concluir o seguinte:

- O prejuízo acumulado ascendeu a 18,0 milhões €, valor similar ao obtido no período homólogo de 2018, sendo de realçar, porém, as seguintes variações (positivas/negativas):
 - +3,0 milhões € em vendas e prestações de serviços, sobretudo pelo crescimento da receita tarifária (+2,6 milhões €);
 - -5,4 milhões € em gastos com consumos de mercadorias/materiais (-2,1 milhões €) e com depreciações e amortizações (-3,3 milhões €);
 - -3,4 milhões € em juros suportados;
 - -6,1 milhões € nos ganhos respeitantes aos instrumentos financeiros derivados;
 - +2,7 milhões € em fornecimentos e serviços externos, sendo de destacar o aumento dos gastos:
 - (i) com energia de alta tensão (+0,9 milhões €), quer pelo crescimento da oferta, quer pelo aumento da velocidade de circulação nas horas de ponta nas linhas Azul, Amarela e Vermelha;

⁵ De realçar a introdução do novo sistema tarifário em abril de 2019, tendo sido criado o Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), com repercussões na estrutura da receita. Nesse contexto, fica limitada a comparabilidade com o período homólogo e com o PAO 2019, inexistindo valores realizados/previstos que comparem com os recebidos até final do 3º trimestre de 2019, a título de compensação tarifária (PART).

⁶ Os investimentos mais relevantes projetados para o 2º trimestre de 2019, na sua maioria com fracos níveis de execução, correspondem ao prolongamento Rato/Cais do Sodré (19.277,2 mil € orçamentado/1.313,9 mil € executado), à remodelação e ampliação da estação de Arroios (2.469,9 mil € orçamentado/291,6 mil € executado), à remodelação da estação dos Olivais (3.293,9 mil € orçamentado/1.731,4 mil € executado), à aquisição de material circulante (7.144,8 mil € orçamentado/sem execução), à aquisição de equipamento básico (2.048,0 mil € orçamentado/326,6 mil € executado), ao CBTC – projeto de modernização (3.355,2 mil €/sem execução) e ao plano nacional de acessibilidades (3.688,7 mil € orçamentado/253,3 mil € executado).

⁷ Apesar da ML ter incluído, no relatório de execução relativo ao 3º trimestre de 2019, um ponto específico onde apresenta uma breve análise dos principais desvios.



(ii) em conservação, reparação, serviços de vigilância e limpeza (+0,8 milhões €); (iii) em rendas de *leasing* operacional do material circulante (+0,5 milhões €).

Ainda assim, face ao valor orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 39,7 milhões €), o resultado obtido, embora negativo, representa um desvio favorável de 21,6 milhões € (-54,6%), por via de desempenhos melhores que os esperados nas seguintes componentes de rendimentos/gastos⁸:

- +16,2 milhões €, que correspondem às variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, exclusivamente pelo facto de não terem sido consideradas no PAO;
 - -1,2 milhões € em gastos com o pessoal, essencialmente por os encargos com complementos de pensões terem ficado abaixo dos estimados (-0,8 milhões €);
 - -3,4 milhões € em gastos com depreciações e amortizações;
 - -1,8 milhões € em juros suportados.
- O Capital próprio aumentou 459,9 milhões € (+62,0%), face a 31 de dezembro de 2018, por via das dotações de capital que se situaram em 478,9 milhões €⁹.

No entanto, realça-se a menor execução dos aumentos de capital (-56,9 milhões € que o previsto), principal motivo para o desvio desfavorável de 5,3% (-67,4 milhões €) do Capital próprio, face ao valor orçamentado.

- O Ativo aumentou 3,2% (+173,0 milhões €), face a 31 de dezembro de 2018, em resultado da conjugação do acréscimo do ativo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (+183,3 milhões €¹⁰) e da redução do ativo afeto à operação (-10,4 milhões €).

Relativamente ao orçamento, verifica-se um desvio favorável de 12,7% (+623,7 milhões €), sobretudo pela não execução da operação de reconversão de passivo ILD por incorporação de ativo do Estado (operação que estava prevista para o 1º trimestre de 2019).

Ainda na sequência do Despacho n.º 322/2019, de 11 de março, do Secretário de Estado do Orçamento, que autorizou a utilização de 15 milhões € para o pagamento de juros, realça-se a manutenção do saldo de caixa e depósitos bancários (ativo corrente) em níveis inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018 (-7,4 milhões €) e aos orçamentados (-12,8 milhões €);

- O Passivo diminuiu 6,2% (-287,0 milhões €), face a 31 de dezembro de 2018, situando-se em 4.348,9 milhões €¹¹, em resultado, essencialmente, da conjugação da amortização de dívida (400,0 milhões € em obrigações e 49,8 milhões € do empréstimo do BEI), da contração de financiamentos da Direção-

⁸ Com a ressalva de que tal melhoria está muito influenciada pela não orçamentação de ganhos relacionados com os instrumentos financeiros derivados.

⁹ Registando-se que a realização das dotações de capital ocorreu, em maior volume, no 1º trimestre de 2019 (438,6 milhões €), período em que o aumento do capital próprio ascendeu a 435,2 milhões € (58,6%).

¹⁰ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (rubrica “Estado – Contas a receber”), em cerca de 179,1 milhões €.

¹¹ Sendo de referir que este valor representa um aumento de 63,2 milhões €, face ao final do 2º trimestre de 2019.

Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em 87,6 milhões €, e do aumento de 54,1 milhões € em ILD, decorrente de perdas de justo valor associadas a instrumentos de cobertura de risco financeiro.

Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio desfavorável de 18,9% (+691,0 milhões €), sendo de realçar, tal como já referido em relação ao ativo, a não execução da operação de reconversão de passivo ILD por incorporação de ativo do Estado (operação que estava prevista para o 1º trimestre de 2019).

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às diferentes obrigações legais¹² e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa destacar que, através do Despacho n.º 573/19-SET, de 28 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2019 e foi concedida autorização para a ML proceder (i) à contratação até 36 trabalhadores, dos quais um mínimo de 6 e um máximo de 9 técnicos para áreas técnicas diversas, (ii) ao aumento dos gastos com pessoal associados às novas contratações, reclassificações previstas e aprovadas e à aplicação da regulamentação em vigor (acordos de empresa); e (iii) à realização de investimentos em 2019 até ao limite de 45 milhões €.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de Execução do PAO - 3º trimestre de 2019, importa salientar os seguintes aspetos¹³:

- Observa-se um desvio desfavorável do peso dos gastos operacionais no volume de negócios^{14;15} (100,2%) face ao orçamentado para o período (100,1%) e uma evolução favorável do mesmo rácio de eficiência face ao período homólogo (101,8%);
- No que respeita à evolução de determinadas rubricas de gastos, tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019:
 - i) os gastos com pessoal registaram um aumento de 1,7% (+ 0,9 milhões €) face ao período homólogo e um desvio de -2,0% (-1,2 milhões €) face ao orçamentado para igual período, sendo este último essencialmente explicado pela menor execução nos gastos com complementos de pensões (-0,8 milhões euros);

¹² Designadamente das normas contidas na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2019 (LOE 2019) e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 15 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019).

¹³ Estabelece o n.º 7 do artigo 158.º do DLEO 2019 que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.

¹⁴ O n.º 1 do artigo 158.º do DLEO 2019 estabelece que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018.

¹⁵ Para efeito do cálculo do rácio de eficiência operacional, aos gastos operacionais correspondem os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal.



- ii) o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e com a frota automóvel foi inferior ao registado no período homólogo (-142,4 mil €) e ao orçamentado para o mesmo período (-286,0 mil €);
- iii) os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria aumentaram face ao período homólogo do ano anterior (+325,0 mil €) e face ao valor orçamentado/aprovado para o período (+183,2 mil €) atento o acréscimo no apoio técnico/jurídico aos projetos de expansão e modernização da rede;
- Regista-se um aumento líquido de 20 colaboradores face a 31 de dezembro de 2018, em resultado da admissão de colaboradores para a área comercial e para diferentes áreas técnicas, pelo que no final do 3º trimestre de 2019 a ML detinha um efetivo de 1.436 (sem considerar os órgãos sociais);
- O endividamento apresenta um crescimento de 1,83%, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF, sublinhando-se que o aumento registado dá cumprimento ao limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 58.º da LOE 2019.

Através de Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), de 3 de setembro de 2018, a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria no ano de 2018 (extensível a 2019), exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP. Em 30 de setembro de 2019, 85,4% das disponibilidades da ML estavam domiciliadas junto do IGCP.

4 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA ML – 3º TRIMESTRE DE 2019

O CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 3º trimestre 2019, de 28 de fevereiro de 2020, que se considera aqui como reproduzido, acompanhando e destacando a recomendação de que os relatórios de execução da ML devem identificar *“as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.”*

5 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório que reflete o acompanhamento à execução da ML no período que terminou em 30 de setembro de 2019.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo às contas no final 3º trimestre de 2019 reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.



Recomenda-se à ML que passe a identificar nos relatórios de execução as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

O relatório de execução do PAO referente ao período que terminou em 30 de setembro de 2019 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e setorial, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 27 de abril de 2020.

O Conselho Fiscal

Presidente

Vogal efetiva

Vogal efetiva